

ÁGUAS DO ALGARVE S.A.

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO VÍDEO EM CONDUTAS
DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO ALGARVE**

(Ref.ª DES.CP-AS-01/2023)

CADERNO DE ENCARGOS

JANEIRO 2023

Índice

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1. ^a Objeto	4
Cláusula 2. ^a Locais da prestação de serviços	4
Cláusula 3. ^a Elementos do Contrato	5
Cláusula 4. ^a Prazo de Vigência.....	5
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	6
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	6
Cláusula 5. ^a Obrigações gerais	6
Cláusula 6. ^a Organização e Meios do Adjudicatário	8
Cláusula 7. ^a Dever de sigilo.....	10
Cláusula 8. ^a Tratamento de dados pessoais.....	11
Cláusula 9. ^a Conservação de dados pessoais.....	12
Cláusula 10. ^a Transferência de dados pessoais.....	13
Cláusula 11. ^a Dever de cooperação.....	13
Cláusula 12. ^a Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde	13
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	14
Cláusula 13. ^a Obrigações da entidade adjudicante	14
Cláusula 14. ^a Preço Unitário Base e Preço Contratual	15
Cláusula 15. ^a Faturação e Condições de pagamento	15
Cláusula 16. ^a Revisão de preços.....	17
Cláusula 17. ^a Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato	17
CAPÍTULO III VICISSITUDES CONTRATUAIS	18
Cláusula 18. ^a Responsabilidade das Partes.....	18
Cláusula 19. ^a Modificação objetiva do contrato	18
Cláusula 20. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual do Adjudicatário	18
Cláusula 21. ^a Sanções contratuais.....	19
Cláusula 22. ^a Força maior	20
Cláusula 23. ^a Resolução do contrato por parte do contraente público	22
Cláusula 24. ^a Resolução do contrato por parte do Adjudicatário.....	22
Cláusula 25. ^a Execução da caução	22

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	23
Cláusula 26. ^a Comunicações e notificações	23
Cláusula 27. ^a Foro competente.....	24
Cláusula 28. ^a Legislação aplicável	24
Cláusula 29. ^a Contagem dos prazos.....	24
ANEXO I	25
ANEXO II	26
ANEXO III	39
ANEXO IV	40

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, que tem como objeto principal a “*Aquisição de Serviços de Inspeção Vídeo em Condutas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve*”, com observância das cláusulas técnicas, constantes do **ANEXO II** que integram o presente Cadernos de Encargos.
2. A natureza do objeto do contrato é caracterizada pelo seguinte código CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):

Código CPV: 904910005 - Serviços de inspeção de esgotos

Cláusula 2.^a

Locais da prestação de serviços

1. Os locais da prestação de serviços estão inseridos no Sistema Multimunicipal de Saneamento, de Águas Residuais da região do Algarve, encontrando-se no **ANEXO I** do presente Cadernos de Encargos, a localização dos sistemas interceptores gravíticos que envolvem designadamente os seguintes municípios:
 - Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António.
2. Nos **ANEXO III** são indicados os interceptores gravíticos, de acordo com a organização funcional do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve (Zona Poente e Zona Nascente) e as suas características.
3. Estima-se que a quantidade de trabalho (troço a filmar) seja cerca de 120.000 metros. Sendo apenas estimativa não obriga a Entidade Adjudicante a quaisquer quantidades regulares e ou mínimas diárias ou mensais, nem conferem direito a qualquer pagamento por serviços a menos.
4. Águas do Algarve S.A. procederá à solicitação de uma quantidade mínima de inspeção vídeo de condutas de 3.500 metros.
5. A Águas do Algarve não se obriga, a solicitar a totalidade dos serviços constante do Caderno de Encargos e seus Anexos, caso em que não será responsável pelo pagamento do que não for efetivamente realizado pelo adjudicatário.

6. A Águas do Algarve S.A. reserva-se o direito, por circunstâncias supervenientes e exógenas à mesma, de retirar ou incluir subsistemas e infraestruturas de tipologia idêntica às indicadas na Cláusula 2.^a, ao longo do contrato.
7. Verificado o facto constante no ponto anterior, a Águas do Algarve S.A., poderá reduzir o objeto do contrato ou estender o mesmo a outras infraestruturas em condições a acordar com o Adjudicatário.

Cláusula 3.^a

Elementos do Contrato

1. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 4.^a

Prazo de Vigência

1. O contrato inicia-se com a sua assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo de **36 (trinta e seis) meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. A denúncia do contrato, por qualquer das partes, deve ser apresentada por escrito com antecedência mínima de 150 (cento e cinquenta) dias.

3. Independentemente de não se ter completado o período referido no n.º I da Cláusula 4.ª, o contrato cessará a sua vigência quando os pagamentos ao Adjudicatário perfaçam o montante contratual.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 5.ª

Obrigações gerais

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:

- a) Executar o objeto da aquisição de serviços adjudicada, em conformidade com o estabelecido no Caderno de Encargos e proposta adjudicada, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, com respeito pelas regras vertidas no Código de Conduta para Fornecedores que constituem o **ANEXO IV** do presente Caderno de Encargos;
- b) Obriga-se a prestar os serviços, nos termos e condições especificados no presente Caderno de Encargos, e de acordo com as disposições legais e regulamentos específicos que se encontrem em vigor;
- c) Obriga-se a manter seguros que cubram as obrigações objeto do contrato, bem como quaisquer danos, perante a Águas do Algarve, S.A., ou a terceiros, que possam advir da prestação de serviços;
- d) Cumprir a legislação em vigor, em todas as suas vertentes;
- e) Submeter-se à ação fiscalizadora da Águas do Algarve, S.A.;
- f) Realizar todos os trabalhos enumerados na adjudicação, de acordo com os prazos legais e contratuais estabelecidos e com o preço contratado;
- g) Obriga-se a executar a aquisição de serviços, conforme o **ANEXO II** do presente Cadernos de Encargos, sob pena do serviço não ser realizado;
- h) Em caso de não se verificar a correta realização dos trabalhos previstos da responsabilidade do Adjudicatário, nomeadamente por inobservância das

orientações da Águas do Algarve, S.A., os eventuais custos que daí possam advir serão da responsabilidade do Adjudicatário;

- i) Enviar os relatórios decorrentes das inspeções vídeo de acordo com as especificações identificadas no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, no prazo de 30 dias. A entidade adjudicante no prazo máximo de 30 dias, procederá à análise dos relatórios, findo o qual, serão considerados validados.
- j) Prestar as informações que forem solicitadas pela Águas do Algarve S.A.;
- k) Comunicar antecipadamente, à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a realização dos trabalhos objeto do contrato, assim como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações contratuais;
- l) É o único responsável pela execução dos respetivos trabalhos, sendo da sua conta todas as alterações indispensáveis ao exato cumprimento do contrato, e ainda as indemnizações decorrentes de prejuízos diretos causados sob a sua responsabilidade da sua atuação do pessoal ou dos seus subcontratados e/ou tarefeiros, do deficiente comportamento, ou ainda, da falta de segurança dos materiais, viaturas, máquinas e equipamentos utilizados.
- m) Responderá, sem prejuízo do que especificamente venha a ser estabelecido no contrato, nos termos de lei geral, por quaisquer prejuízos causados no exercício das atividades que constituem o objeto do contrato, pela culpa ou pelo risco da sua responsabilidade.
- n) Responderá ainda, nos termos em que o comitente responde pelo comissário, pelos prejuízos causados a terceiros contratados pelo Adjudicatário no âmbito dos trabalhos compreendidos no objeto do contrato;
- o) Garantir a segurança dos trabalhadores, assim como das pessoas empregadas, a qualquer título, ou daqueles que, sendo estranhas aos trabalhos, aí se encontrem, a seu convite ou da Águas do Algarve S.A.;
- p) Garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido nos trabalhos venha a ter acesso;
- q) Disponibilizar o número suficiente de técnicos com qualificação técnico-científica adequada, de forma a garantir uma correta articulação entre os trabalhos;
- r) Suportar todas as despesas inerentes à aquisição de serviços que não estejam previstas no presente Caderno de Encargos;

- s) São encargos do Adjudicatário todas as despesas necessárias à regular e boa execução da aquisição de serviço objeto do presente contrato, nomeadamente sem exclusão de quaisquer outras: vencimentos do pessoal, contribuições para segurança social, encargos sociais, prémios de seguro contra acidentes de trabalho do pessoal, equipamentos e consumíveis necessários à aquisição de serviços, veículos e sua manutenção necessários à aquisição de serviços.

Cláusula 6.^a

Organização e Meios do Adjudicatário

1. Independentemente das informações fornecidas nos documentos integrados no contrato, entende-se que o Adjudicatário se inteirou localmente, na inspeção local realizada na fase do concurso, das condições aparentes de realização dos trabalhos referentes à aquisição de serviços;
2. A falta de informações relativas às condições locais, ou a sua inexatidão, só poderá servir de fundamento para as reclamações quando os trabalhos a que der origem não estejam previstos no presente Caderno de Encargos nem sejam notoriamente previsíveis na inspeção local realizada na fase do concurso.
3. O Adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
4. A execução dos tipos de serviços previstos neste Caderno de Encargos, inspeção vídeo de condutas, ocorrerá à medida que a Entidade Adjudicante considere necessária a sua execução, sendo precedida de prévia comunicação ao Adjudicatário;
5. O Adjudicatário poderá propor a substituição dos métodos e técnicas de execução dos trabalhos previstos neste Caderno de Encargos por outros que considere preferíveis, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para os trabalhos.
6. Será encargo do Adjudicatário:
 - a. A reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos imputáveis ao Adjudicatário e que não resultem da própria natureza da aquisição de serviços, sejam sofridos por terceiros até ao final do prazo da aquisição de serviços, em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do pessoal do Adjudicatário ou dos seus subcontratados e do deficiente comportamento ou da falta de segurança dos trabalhos, materiais e equipamentos;
 - b. O que for necessário para a execução completa dos trabalhos abrangidos pelo contrato, de acordo com a melhor técnica e regras da arte e de harmonia com

- as especificações técnicas e de acordo com as condições expressas no Caderno de Encargos, e com as disposições legais aplicáveis;
- c. A iluminação, vigilância e sinalização, quando aplicável;
 - d. As medidas necessárias para evitar ou reduzir, quanto possível, incómodos a utentes, vizinhos e passantes, quando os trabalhos forem executados nas proximidade de lugares habitados, devendo neste ponto ser cumprido o disposto no Regulamento Geral de Ruído;
 - e. O Adjudicatário é o único responsável por todos os acidentes ou danos, quer pessoais quer materiais, que os trabalhos de execução da aquisição de serviços ou ação dos seus agentes possam causar, tanto ao pessoal como a terceiros, bem como à Águas do Algarve, S.A. e seus representantes.
7. Compete ao Adjudicatário o apetrechamento e obtenção de todos os meios humanos e materiais que sejam necessários à execução das ações a desenvolver na aquisição de serviços, em conformidade com o previsto neste Caderno de Encargos, bem como o estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, incluindo os aspetos relacionados com segurança e saúde.
 8. É da inteira responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregue na execução dos trabalhos, a sua aptidão profissional e a sua disciplina, nomeadamente as obrigações perante a segurança social.
 9. Se a Águas do Algarve, S.A. verificar que os meios utilizados pelo Adjudicatário são insuficientes ou inadequados à boa execução dos trabalhos de sua atribuição, poderá impor o seu reforço, incluindo a aquisição de meios materiais ou a sua modificação ou substituição.
 10. Compete ao Adjudicatário organizar e gerir integralmente todos os sistemas que considerar necessários para atingir os objetivos pretendidos e realizar as tarefas que lhe são atribuídas.
 11. A mobilização de todos os meios humanos constantes necessários à aquisição dos serviços a cargo do Adjudicatário é da sua inteira responsabilidade, obrigando-se a garantir que todos os seus agentes coloquem a sua perícia, cuidado e diligência na realização dos serviços que lhe forem cometidos no âmbito da sua capacidade profissional.
 12. A constituição da equipa de pessoal do Adjudicatário deverá ser adequada às características da aquisição de serviços. Todos os elementos da equipa deverão ter habilitação e experiência adequados às funções a desempenhar.
 13. Deverão ser fornecidos à Águas do Algarve, S.A., em formato digital, o organograma da equipa e os documentos de habilitação (currículo e contacto) de cada elemento da equipa. A Águas do Algarve, S.A. poderá solicitar a alteração da composição da equipa, tendo em conta o desenrolar dos trabalhos e as condições de execução da aquisição de serviços.

14. A Águas do Algarve, S.A. reserva-se o direito de ordenar que seja retirado dos serviços cometidos ao Adjudicatário qualquer elemento do seu pessoal que haja revelado deficiente desempenho das funções que lhe estão cometidas, desrespeitado os agentes desta, seus colaboradores ou quaisquer outros intervenientes na aquisição de serviços, ou ainda provocado indisciplina no desempenho dos seus deveres. A ordem poderá ser fundamentada por escrito, quando o Adjudicatário o solicite, mas sem prejuízo da imediata suspensão do agente indicado.
15. O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregue sendo de sua conta os encargos que daí resultem, nomeadamente quanto aos seguros contra acidentes de trabalho.
16. As eventuais despesas de alojamento, alimentação e deslocação do pessoal do Adjudicatário e seus consultores serão da conta do prestador de serviços.
17. Todos os meios necessários à execução da aquisição de serviço, ao controle e registo de dados técnicos da aquisição de serviços, bem como meios de transporte, informáticos e outros são da responsabilidade do Adjudicatário, incluindo a sua aquisição, exploração e manutenção.
18. O Adjudicatário deverá colocar ao serviço do pessoal da sua equipa os meios de transporte necessários para o desempenho das funções que lhe são cometidas, competindo-lhe igualmente assegurar a respetiva exploração e manutenção.
19. Compete ao Adjudicatário o fornecimento do equipamento de proteção individual dos seus agentes e empregados. O equipamento de proteção individual deverá obedecer à legislação e às normas em vigor sobre esta matéria.

Cláusula 7.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou

da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita do contraente público, o Adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.

10. O Adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 9.ª

Conservação de dados pessoais

- I. O Adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.

2. Dependendo da opção do contraente público, o Adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 10.ª

Transferência de dados pessoais

O Adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o Adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 11.ª

Dever de cooperação

O Adjudicatário deve cooperar com o contraente público ou com qualquer outra empresa do Grupo ADP, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:

- a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos e legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Adjudicatário em representação do contraente público;
- b) Quando qualquer das empresas do Grupo ADP deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

Cláusula 12.ª

Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde

- I. As atividades desenvolvidas nas instalações da Águas do Algarve S.A., ou locais de intervenção da sua responsabilidade, quer pelos seus colaboradores, quer pelos prestadores de serviços, estão por vezes associadas a aspetos e impactes ambientais significativos e a riscos para a segurança de pessoas e bens. De forma a promover a realização de trabalhos com o menor número possível de danos nos equipamentos e instalações da Águas do Algarve S.A., como de terceiros, e ocorrência de acidentes e incidentes ambientais ou de segurança, o Adjudicatário deverá assegurar-se que todos os colaboradores envolvidos desenvolvem as suas atividades tendo em consideração o disposto no Caderno de Encargos na legislação aplicável, na Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Águas do

Algarve, nas Boas Práticas Ambientais e demais regras específicas relacionadas com a aquisição de serviços.

2. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, designadamente a legislação nacional e comunitária aplicada à presente Aquisição de Serviços, fica o Adjudicatário obrigado ao cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor, nomeadamente os requisitos em que a Águas do Algarve, S.A. se encontra certificada, designadamente NPEN ISO 9001, NPEN ISO 140001, OHSAS 18001/NP4397 e Norma SA 8000, no âmbito da gestão do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve e que se relacionem com os trabalhos a realizar.
3. Caso exista alguma alteração durante a vigência do contrato, no âmbito da certificação e/ou nos referenciais implementados ou a implementar pela AdA, S.A., bem como da legislação em vigor aplicável à presente prestação de serviços, o Adjudicatário deve de igual modo assegurar o cumprimento dos respetivos requisitos.
4. As cláusulas anteriores aplicar-se-ão também aos fornecedores, prestadores de serviços e subempreiteiros que venham a trabalhar na aquisição de serviços objeto deste Caderno Encargos.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 13.^a

Obrigações da entidade adjudicante

Constitui obrigações da entidade adjudicante:

- a) Designar o interlocutor necessário, devendo a comunicação entre a AdA e o Adjudicatário ser realizada, preferencialmente, por um único interlocutor;
- b) Comunicar as intervenções de forma faseada, à medida que a Entidade Adjudicante considere necessária a sua execução, sendo precedida de prévia comunicação ao Adjudicatário;
- c) Garantir o acesso aos locais de intervenção;
- d) Monitorizar a aquisição do serviço, no que respeita ao cumprimento dos requisitos legais, cumprimento de prazos e outros requisitos estabelecidos no presente Caderno de Encargos;
- e) Salvo situações de manifesta impossibilidade, a Entidade Adjudicante procederá à solicitação de uma quantidade mínima de inspeção vídeo de condutas de 3.500 metros lineares.

- f) Validar os relatórios das inspeções vídeo no prazo máximo de 30 dias após o envio por parte do Adjudicatário, findo o qual serão considerados validados.
- g) Aplicar sanções contratuais, caso se justifique;
- h) Efetuar a Avaliação de Desempenho do Adjudicatário, tendo em consideração os requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial (SRE) da Entidade Adjudicante e os requisitos contratualmente definidos. Este procedimento, bem como os resultados decorrentes da avaliação, serão fornecidos ao Adjudicatários sob pedido.

Cláusula 14.ª

Preço Unitário Base e Preço Contratual

- 1. O preço unitário contratual não pode ser superior a **2,50 EUR/m (dois euros e cinquenta cêntimos por metro)**, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.
- 2. O Preço Contratual total definido pela Entidade adjudicante é de **300.000,00 EUR (trezentos mil euros)** ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
- 3. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao Adjudicatário, o preço unitário constante da proposta adjudicada, aplicado às quantidades efetuadas, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 4. O preço referido no n.º I inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Águas do Algarve S.A.; incluindo o pagamento de todas as taxas, licenças, legalmente exigíveis bem como as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 15.ª

Faturação e Condições de pagamento

- 1. As faturas emitidas pelo(s) Adjudicatário(s) à Entidade Adjudicante deve conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
- 2. A faturação relacionada com a presente Aquisição de Serviços deverá obedecer ao seguinte:
 - a) Ser emitida em formato papel e eletrónico (com base no standard UBL e em formato XML a ser endereçada para e-fatura.ada@adp.pt.);

- b) As faturas em formato eletrónico, remetidas à entidade adjudicante, não se substituem às faturas em formato papel;
 - i Ser acompanhada da informação relativa ao período de faturação, disponibilizada com base no standard UBL e em formato eletrónico XML, devendo conter todos os dados relevantes que permitam a correta identificação das diversas parcelas que compõem os valores faturados.
- 3. A faturação deverá ser efetuada de acordo com o disposto no artigo 36.º do CIVA, devendo a fatura mencionar o número da Nota de Encomenda a que diz respeito.
- 4. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 5. O pagamento será realizado em função do envio dos relatórios a que se refere alínea i) da Cláusula 5.ª, após validação por escrito, por parte da Águas do Algarve, S.A.. A validação decorrerá no prazo máximo de 30 dias após receção dos relatórios, findo o qual, consideram-se validados.
- 6. Não sendo observado o prazo estabelecido no número anterior, considera-se que a respetiva prestação só se vence nos 90 (noventa) dias úteis subsequentes à data de entrada da correspondente fatura.
- 7. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, este deve comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 8. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.
- 9. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.os 1 a 3, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
- 10. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 16.^a
Revisão de preços

1. Após um ano de contrato os preços serão revistos por aplicação da seguinte fórmula:

$$C = \frac{IPC_t}{IPC_0}$$

Em que:

IPC_t e IPC_0 são os índices de preço ao consumidor (sem habitação), respetivamente, no mês em que foram efetuados os trabalhos a que diz respeito a respetiva fatura e no mês anterior à data da apresentação da proposta;

C é o fator multiplicativo a aplicar aos preços em revisão.

2. Será da responsabilidade do Adjudicatário o cálculo justificativo da atualização de preços correspondente a cada aquisição, o qual deverá ser submetido à aprovação da Águas do Algarve S.A. antes de ser emitida a respetiva fatura.
3. A revisão de preços dará origem a uma fatura específica e distinta das correspondentes aos pagamentos mensais.

Cláusula 17.^a
Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante, identificado na Cláusula 26.^a Comunicações e notificações Cláusula 26.^a
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 18.ª

Responsabilidade das Partes

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

Cláusula 19.ª

Modificação objetiva do contrato

- I. O contrato pode ser modificado com os fundamentos previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos e nos termos seguintes:
 - a) Por acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;
 - b) Por decisão judicial ou arbitral.
2. O contrato pode ainda ser modificado por ato administrativo da entidade adjudicante, quando o fundamento invocado sejam razões de interesse público.

Cláusula 20.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual do Adjudicatário

- I. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
5. A Águas do Algarve S.A. reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer subcontratado ou tarefeiro, designadamente quando entender que não existem garantias de

boa condução técnica dos serviços que lhe forem cometidos ou ainda no caso de, por si, ou pelos seus agentes, terem aqueles comportamentos inadequados.

6. No caso de o Adjudicatário, recorrer à subcontratação de empresas de cedência de pessoal, estas devem obrigatoriamente possuir Alvará de Trabalho temporário em conformidade com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 260/2009, de 5 de Setembro. O Adjudicatário deverá ainda cumprir com o estabelecido na Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro e demais legislação em vigor.
7. O Adjudicatário obriga-se a manter permanentemente informados os subcontratados e os trabalhadores ao seu serviço, sobre a Identificação de Perigos e Avaliação dos Riscos (IPAR) inerentes à presente aquisição de serviços, bem como das medidas de prevenção e proteção.
8. O Adjudicatário deverá manter os subcontratados e os trabalhadores ao seu serviço, permanentemente informados acerca da Identificação e Avaliação dos Aspetos e Impactes Ambientais (IAAIA) e das medidas de controlo a implementar.
9. A Águas do Algarve S.A. reserva-se o direito de vedar o acesso às infraestruturas objeto da presente aquisição de serviços, aos subcontratados que não se apresentem devidamente identificados, por via de identificação, fardamento e EPI necessários para os trabalhos sob sua responsabilidade.

Cláusula 21.ª

Sanções contratuais

- I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Águas do Algarve S.A. pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos e consoante o caso:
 - a. Pela não realização, incumprimento ou incapacidade de um trabalho que cumpra com os requisitos estabelecidos no **ANEXO II** do presente Caderno de Encargos, a Águas do Algarve S.A. pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, equivalente a 1,5 vezes (uma vez e meia) do montante global dos mesmos, tendo por base o preço unitário da proposta do Adjudicatário.
 - b. Pelo não cumprimento na entrega dos relatórios exigidos no âmbito da aquisição de serviços, a Águas do Algarve S.A. pode exigir do Adjudicatário por cada dia útil de atraso, o valor correspondente a 0,5 ‰ (meio por mil) do valor contratual.
 - c. Quando não cumprir as suas obrigações contratuais no que se refere ao cumprimento da legislação e normativos legais de qualidade, ambiente, segurança, higiene e saúde ocupacional, energia e responsabilidade social, o

Adjudicatário ficará sujeito a uma sanção diária de 100,00 EUR (cem euros) por cada situação detetada.

- d. Pelo incumprimento das restantes condições e obrigações fixadas no Caderno de Encargos e por causa imputável ao Adjudicatário, a AdA aplicará sanção de 500,00 EUR (quinhentos euros) por incumprimento.
2. Considera-se que o Adjudicatário não deu início à execução dos trabalhos requeridos, enquanto não estiverem afetados todos os meios neles previstos, acordados entre as partes e solicitados pela Águas do Algarve, S.A..
3. A Águas do Algarve S.A. pode deduzir aos pagamentos devidos ao abrigo do contrato, as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Águas do Algarve S.A., exija uma indemnização pelos danos que possam vir a verificar-se, devido aos incumprimentos do Adjudicatário na correta realização dos trabalhos.
5. As sanções pecuniárias previstas não obstam a que a Águas do Algarve S.A., exija o ressarcimento por danos causados pelo Adjudicatário no decurso dos trabalhos, incluindo respetiva indemnização.
6. O Adjudicatário será alvo de um procedimento de avaliação de desempenho (Avaliação de fornecedores) tendo em consideração os requisitos do Sistema de Gestão e os contratualmente definidos.
7. O incumprimento recorrente dos requisitos referidos no ponto anterior poderá dar origem à aplicação de penalizações em função do requisito infringido, podendo o respetivo montante atingir um valor igual ao valor diário do contrato, reportado ao período de incumprimento.
8. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
9. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

Cláusula 22.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o Adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 23.ª

Resolução do contrato por parte do contraente público

- I. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, na caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Se no decurso da aquisição ocorrer a perda de titularidade por parte do Adjudicatário ou de alguns dos seus subcontratados, das habilitações necessárias à execução do presente contrato, nomeadamente perda de licenças ou outros que coloquem em risco o funcionamento do Adjudicatário;
 - b) Quando o somatório das sanções aplicadas ao Adjudicatário atingir um montante igual ou superior a 20% (dez por cento) do preço contratual.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 24.ª

Resolução do contrato por parte do Adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 25.ª

Execução da caução

4. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de concurso pode ser executada pelo contraente público sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo adjudicatário das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções contratuais, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.

5. A resolução do contrato pelo contraente público não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
6. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o adjudicatário na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (*quinze*) dias após a notificação do contraente público para esse efeito.
7. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (*trinta*) dias após o termo do prazo das obrigações de correção devidas pelo adjudicatário.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 26.^a Comunicações e notificações

- I. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o Adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os seguintes contatos:

Contraente público:

- AdA
- Gestor do contrato: Eng.º Nuno Silva
- Morada: Rua do Repouso, n.º 10
- Telefone n.º 289 899 070
- Correio eletrónico: geral.ada@adp.pt

Adjudicatário:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]

2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 27.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Loulé, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 28.ª

Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa, e particularmente pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e suas posteriores alterações.

Cláusula 29.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

LOCALIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS ABRANGIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

(a que se refere o n.º I Cláusula 2.ª)

ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

(a que se refere o n.º I da Cláusula 1.ª)

I. Descrição dos Serviços a Executar pelo Adjudicatário

Os serviços a executar pelo Adjudicatário compreendem a inspeção vídeo, por CCTV, em condutas do Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, à medida que a Entidade Adjudicante considere necessária a sua execução, sendo precedida de uma comunicação prévia, com 30 dias de antecedência, ao Adjudicatário.

I.1 Trabalhos preparatórios:

O Adjudicatário será responsável por verificar a adequação da localização dos troços de conduta inspecionar, tendo em conta as circunstâncias seguintes:

- a. Dificuldade de aceder ao local devido a problemas de tráfego; estas situações deverão ser acauteladas com sinalização adequada ou, se necessário, desvio de trânsito adequado, cujos encargos decorrem por conta do Adjudicatário, incluindo a elaboração, aprovação do plano de desvio de trânsito, o pagamento das taxas municipais e de policiamento;
- b. Dificuldades para o desenrolar dos trabalhos devido a deficientes condições de segurança oferecidas pela predominância de caudais elevados e/ou turbulência excessiva; nesta situação deverá o Adjudicatário encontrar a melhor oportunidade temporal para a execução das intervenções, que poderá ser nos períodos noturnos e/ou em fins-de-semana e feriados;
- c. Riscos para o desenrolar dos trabalhos devido a deficientes condições de segurança oferecidas pela existência de atmosférica tóxica; nesta situação deverá o Adjudicatário promover a ventilação da infraestrutura em causa previamente aos trabalhos, e manter a monitorização dos gases durante a sua execução efetuando os necessários registos de qualidade para avaliação ou fiscalização futura.
- d. Adequado estado de limpeza das condutas e preparação para inspeção vídeo; Os trabalhos relativos à limpeza e desobstrução de intercetores será executada por entidade ao serviço da AdA. Nesta situação deverá o Adjudicatário verificar se as condutas a inspecionar se encontram limpas de forma adequada e prontas para inspeção.

I.2 Considerações gerais dos trabalhos de inspeção vídeo (CCTV):

- a. Trabalhos de inspeção vídeo das condutas indicadas no **ANEXO I** com recurso a equipamento CCTV, que permita visualizar o estado estrutural e de funcionamento das condutas, cujo diâmetro pode variar de 200 mm até 1000 mm;
- b. As observações das inspeções devem ser feitas e registadas de forma tão exata e explícita quanto possível, e estar de acordo com a norma EN 13508-2:2003+A1:2011 no que respeita ao sistema de codificação das mesmas.
- c. Para a avaliação estrutural dos sistemas de drenagem deve-se utilizar método recomendado o protocolo WRC-2001 da Water Research Center.
- d. Os trabalhos de inspeção devem estar coordenados com os trabalhos de limpeza efetuados por outra entidade ao serviço da Águas do Algarve, S.A. e obrigatoriamente serem executados após esta, ou podendo ser dela independente, estando neste caso sujeita a autorização da Águas do Algarve, S.A.;
- e. A Águas do Algarve, S.A. fornecerá os elementos do seu cadastro, sempre que possível, de modo a que os trabalhos sejam facilmente contabilizados;
- f. Os trabalhos devem contemplar o levantamento de situações que permitam responder ao solicitado no Relatório Mensal da Aquisição de Serviços, referido no ponto 9 do presente Anexo.

I.3 Registo da informação CCTV e características da inspeção:

- a. A inspeção vídeo deve ser, sempre que possível, realizada de montante para jusante.
- b. No início de cada troço de conduta a ser inspecionado, o medidor de distâncias deverá ser colocado a zero, com a câmara no interior do troço de conduta de saída da câmara de visita, na exata perpendicularidade da parede da câmara de visita, de modo a obter um registo completo do comprimento do troço de conduta.
- c. O operador de CCTV deverá assegurar que a contagem da metragem começa imediatamente após o avanço da câmara.
- d. No início de cada troço o coletor a ser inspecionado, um gerador de informação deverá gerar eletronicamente e exibir com clareza no monitor de acompanhamento da gravação e na própria gravação, um registo de informação em forma alfanumérica que conterá no mínimo a seguinte informação, sem no entanto interferir com o alvo principal da imagem:

- Atualização automática da distância acumulada desde o ajuste do zero;
 - Diâmetro e material do troço de conduta;
 - Data da inspeção;
 - Hora de início da inspeção;
 - Hora de fim da inspeção;
 - Localização (nome da rua e/ou lugar);
 - Caixa onde se iniciou a inspeção (a identificação é feita pelo código fornecido pela Águas do Algarve S.A.);
 - Códigos troço da conduta;
 - Sentido da inspeção;
 - Caixa onde se terminou a inspeção (a identificação é feita pelo código fornecido pela Águas do Algarve S.A.);
 - Nome da Águas do Algarve S.A.
- e. Assim que a inspeção vídeo tem início, a seguinte informação mínima deverá ser continuamente exibida e gravada:
- Atualização automática da distância acumulada desde o ajuste do zero;
 - Atualização automática da inclinação da tubagem.
- f. Durante o decorrer da inspeção vídeo, e, para cada observação a registar, deverão ser recolhidas as seguintes informações:
- Localização (distância percorrida);
 - Descrição pormenorizada da observação;
 - Quantificação das características específicas da observação;
 - Localização circunferencial;
 - Dimensão;
 - Referências fotográficas e vídeo.

I.4 Posição da câmara de CCTV

- a. Sempre que possível a câmara de CCTV será posicionada de modo a reduzir o risco de distorção de imagem. A lente da câmara será posicionada no centro do coletor, mantendo-se sempre a posição de visualização ao longo do eixo do coletor.

I.5 Inspeção com elevação e rotação

- a. O Adjudicatário deverá imobilizar a câmara em todas as ligações, quebras e juntas abertas e executar uma elevação vertical a 90° e uma rotação a 360° para inspecionar a anomalia/ligação;
- b. O Adjudicatário deverá realinhar a câmara na direção da inspeção antes de prosseguir com a filmagem.

I.6 Recolha dos equipamentos

- a. O Adjudicatário é responsável pela recolha do seu equipamento de CCTV e de qualquer outro equipamento seu em serviço no interior de qualquer infraestrutura abrangida pela presente Aquisição de Serviços.

I.7 Abandono da inspeção CCTV

- a. A não realização de inspeção vídeo de troços de coletor, por abandono/desistência, só poderá ocorrer por dificuldades técnicas extremas e mediante aceitação prévia da Águas do Algarve, S.A. nas seguintes circunstâncias:
 - i. Riscos para o equipamento do Adjudicatário;
 - ii. Impossibilidade de prosseguir na conduta;
 - iii. Riscos para as operações do Adjudicatário devido à falta de segurança da câmara de visita;
 - iv. Na presença de uma atmosfera perigosa ou onde as condições de segurança no interior de uma câmara de visita sejam inaceitáveis para a proteção dos trabalhadores;
 - v. Riscos para a integridade estrutural do coletor.
- b. No caso (i) o Adjudicatário deverá fotografar a área problemática, interromper a inspeção e, reportar de modo fundamentado à Águas do Algarve, S.A. a sua opinião para a interrupção dos trabalhos, assim que seja razoavelmente possível. O Adjudicatário deverá de seguida proceder com a inspeção do mesmo troço de coletor pela direção oposta ou avançar para o próximo segmento de inspeção, conforme apropriado ou conforme instruído pela Águas do Algarve, S.A..
- c. Nos casos (ii), (iv) e (v) o Adjudicatário deverá, se apropriado, fotografar a situação causadora do abandono da inspeção e, reportar de modo fundamentado à AdA a sua opinião para a interrupção dos trabalhos, assim que seja razoavelmente possível. O Adjudicatário deverá de seguida proceder com

a inspeção do mesmo troço de coletor, pela direção oposta ou avançar para o próximo segmento de inspeção, conforme instruído pela Águas do Algarve, S.A..

- d. No caso (iii), o Adjudicatário reportará o assunto de modo fundamentado à AdA, assim que seja razoavelmente possível. O Adjudicatário deverá de seguida proceder com a inspeção do mesmo troço de coletor, pela direção oposta ou avançar para o próximo segmento de inspeção, conforme apropriado ou conforme instruído pela Águas do Algarve, S.A..

I.8 Relatório inspeção vídeo

- a. Por cada troço de conduta inspecionado deverá ser produzido um Relatório com apreciação escrita do estado da conduta e indicação criteriosa das anomalias verificadas, acompanhado de fotografias desses locais e situações detetadas, por forma a obter uma visualização completa das anomalias assim como de uma gravação em DVD da inspeção.
- b. O relatório deverá ser apresentado de forma ordenada e possuir um índice que facilite a sua consulta, onde deve constar a identificação das caixas de visita de acordo com as plantas de cadastro fornecidas pela Águas do Algarve, S.A.;
- c. O relatório deverá possuir um gráfico de pendentes.
- d. A inspeção vídeo deverá ser integrada na ferramenta de SIG da Águas do Algarve, S.A. (software GeoMedia G/Interaqua) pelo que a informação recolhida nas inspeções CCTV à rede de drenagem, implica que o software a utilizar seja o Wincan e que a informação recolhida nas inspeções com recurso a este software, deverá fornecer, em formato digital, as seguintes informações:
- i. Registo em base de dados, MS Access, da Microsoft Corporation, da anomalia detetada, de acordo com a codificação definida na norma EN-13508/2, de 2003;
 - ii. Ficheiros de vídeo das inspeções em formato MPEG4 (designação atribuída para um grupo de padrões de codificação de som e vídeo e tecnologia relacionada, de acordo com a ISO/IEC, Moving Picture Experts Group – MPEG);
 - iii. Ficheiros das fotografias de cada observação em formato JPEG (designação atribuída para um grupo de padrões de codificação de imagem, de acordo com standard RFC 1341, Joint Photographic Experts Group – JPEG);

- iv. Registo em base de dados, MS Access, da Microsoft Corporation, do local da anomalia, da distância à origem e da contagem do tempo na filmagem;
 - v. Registo em base de dados, MS Access, da Microsoft Corporation, da classificação de cada uma das anomalias detetadas;
 - vi. Registo em base de dados, MS Access, da Microsoft Corporation, da classificação final do estado da estrutura do troço inspecionado;
 - vii. Relatório em PDF (*Portable Document Format*), com o resumo da inspeção ao troço.
- e. O relatório a emitir deverá assim respeitar os requisitos estabelecidos nas normas EN13508-1:2010 - *Requisitos gerais de diagnóstico e avaliação de desempenho hidráulico de sistemas de águas, pluviais e residuais* e EN13508-2:2003+AI - *Sistema de codificação das observações para registo do estado interno dos componentes do sistema de drenagem*, bem como toda a informação completa do trabalho realizado, incluindo o perfil longitudinal das condutas inspecionadas, com a indicação da inclinação média, estando os troços ordenados de montante para jusante.
- f. Depois de compilado será entregue à Águas do Algarve, S.A., o documento no prazo máximo de 30 dias seguintes a que se referem os trabalhos. A Águas do Algarve S.A. no prazo máximo de 30 dias, procederá à análise dos relatórios, findo o qual, serão validados.
4. Toda a água utilizada para a execução dos trabalhos deverá ser recolhida nas instalações da Águas do Algarve S.A. e, sempre que possível, privilegiado o uso de água residual tratada.
 5. A prestação dos serviços terá que ter em conta o desconhecimento da Águas do Algarve, S.A. de eventuais ligações de coletores aos sistemas de drenagem.
 6. O Adjudicatário é responsável pela recolha dos seus equipamentos do interior de qualquer infraestrutura de saneamento abrangida por esta aquisição de serviços. Caso seja necessário recorrer a trabalhos de escavação para recuperar os equipamentos, estes só serão executados após autorização da Águas do Algarve S.A., sendo todos os custos de execução e reposição das condições iniciais assumidos integralmente pelo Adjudicatário.
 7. O Adjudicatário tem que estar preparado para efetuar trabalhos em locais sem acesso asfaltado, podendo ter que criar condições de acesso a pedido da Águas do Algarve S.A.
 8. É da responsabilidade do Adjudicatário a obtenção da autorização, por parte de entidades públicas ou privadas, para a realização dos serviços, e o pagamento de licenças e taxas, caso existam.

9. É da responsabilidade do Adjudicatário a organização dos condicionamentos e desvios de trânsito, junto das entidades competentes, e os respetivos pagamentos.
10. É da responsabilidade do Adjudicatário assegurar o policiamento da prestação de serviços e o respetivo pagamento.
11. A procura, aquisição e transporte da água necessária às operações de limpeza de coletores são da inteira responsabilidade do Adjudicatário.
12. As operações de tamponamento das condutas e desvio de caudal são da inteira responsabilidade do Adjudicatário.
13. O fornecimento de energia para os trabalhos de inspeção vídeo é da inteira responsabilidade do Adjudicatário.
14. O local para implantação do estaleiro necessário à realização dos trabalhos da aquisição de serviços é da responsabilidade do Adjudicatário, bem como o fornecimento de água e energia para o pleno funcionamento do mesmo.
15. O Adjudicatário deverá cumprir o disposto no Regulamento Geral do Ruído (DL9/2007 de 17 de janeiro) minimizando o ruído e as vibrações resultantes das suas operações.

2. Equipamentos e máquinas

1. Constitui encargo do Adjudicatário, a utilização de máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, e todo o material indispensável à boa execução dos trabalhos.
2. Os equipamentos a utilizar na aquisição de serviços devem satisfazer os requisitos mínimos previstos nos pontos seguintes 3 e 4.
3. Os equipamentos a que se refere o ponto anterior devem satisfazer, quer quanto às suas características, quer quanto ao seu funcionamento, o estabelecido nas leis e regulamentos de segurança e ambiente aplicáveis.
4. Os equipamentos de limpeza e desobstrução colocados ao serviço da presente Aquisição de Serviços devem cumprir o estipulado no Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro.
5. Os equipamentos utilizados poderão ser propriedade do Adjudicatário ou subcontratados para esta aquisição de serviços. Em qualquer das situações deverá ser indicado o ano de fabrico.
6. Deverá ser prevista a situação em que as viaturas não possam deslocar-se até à proximidade das caixas ou condutas, devendo o Adjudicatário propor e implementar após a aprovação da Águas do Algarve S.A. eventuais soluções alternativas que permitam a normal execução dos trabalhos objeto da presente Aquisição de Serviços.

7. O Adjudicatário é responsável pela seleção e operação correta e adequada de todos os equipamentos necessários à boa execução da aquisição de serviços, de acordo com as especificações expressas neste Caderno de Encargos.
8. No caso de qualquer dos componentes do equipamento faltar, que implique a perturbação dos trabalhos, o Adjudicatário deverá notificar a avaria à Águas do Algarve S.A., devendo ser substituído por uma nova unidade. Se o Adjudicatário não tiver meios próprios para substituir o equipamento avariado, deverá subcontratar esses serviços ou alugar esse equipamento, de modo a retomar os trabalhos. As despesas de substituição são da responsabilidade do Adjudicatário.
9. O equipamento usado pelo Adjudicatário deverá ser de um tipo já utilizado com sucesso em outros projetos desta natureza e dimensão.
10. O veículo de CCTV, para afetação à aquisição de serviços, deverá ter duas zonas totalmente separadas. Uma área, designada como a área de observação, deverá ser insonorizada e climatizada e dotada de meios de controlo de fontes de iluminação externas e internas de modo a garantir que a imagem no monitor de visualização está de acordo com as especificações. Deverá ainda ser dotado de assentos adequados para duas pessoas e para o operador de CCTV, que permita a visualização correta do monitor de acompanhamento da inspeção em curso. A segunda área será designada como área de trabalho e estará reservada para o equipamento. Nenhum equipamento utilizado no esgoto poderá ser armazenado na zona de observação.
11. Os meios materiais a alocar pelo Adjudicatário deverão permitir a extensão de inspeção vídeo a partir de uma caixa de visita, até no mínimo 200 metros.
12. Cada equipamento CCTV deverá ser dotado de meios de transporte de câmara de CCTV em condições estáveis ao longo da inspeção. Tal equipamento manterá a posição da câmara de CCTV no ou próximo do eixo do coletor de secção circular, pelo que deverá ser ajustado de acordo com o diâmetro a inspecionar.
13. Cada equipamento CCTV deverá ainda transportar guias e rolamentos em número suficiente a que todos os cabos e/ou guias usados para medir a posição da câmara dentro do coletor sejam mantidos tensos e no ângulo correto ao passarem pelo medidor de distâncias.
14. Cada unidade de inspeção CCTV deverá transportar um conjunto de obturadores para controlo de caudal, para utilização, se necessário durante as inspeções CCTV. No mínimo deverá transportar uma unidade de cada diâmetro entre os 200mm e os 1000mm.
15. Na inspeção CCTV o monitor de visualização deverá mostrar uma atualização do registo de metros e décimas de metros relativas à distância acumulada desde o ponto de partida da inspeção ou ponto zero. Este registo será obtido por um medidor de distâncias adequado, que garanta que o comprimento é obtido com precisão.

16. O Adjudicatário deverá demonstrar o cumprimento da precisão indicada no número anterior, pela utilização de um equipamento de calibração de cabos, que será executada no início de cada dia de trabalho, devendo manter um registo atualizado destas operações.
17. A Câmara de CCTV será capaz de realizar rotações de 360° e elevações de 90° a partir da horizontal.
18. O ajuste do foco e brilho deverão permitir a otimização da qualidade da imagem, também por operação remota. O ajuste do foco e brilho deverão permitir uma gama de foco de 150mm em frente da lente da câmara até ao infinito. A distância ao longo da conduta no foco a partir do ponto inicial de observação será no mínimo o dobro da altura vertical da tubagem. A iluminação será tal que permitirá uma distribuição homogénea da luz pelas paredes da conduta sem perda de contraste, distorção da imagem ou sombreamento.
19. A câmara de CCTV e o trator, cujo conjunto é vulgarmente chamado de robot, serão recuperados manualmente da conduta através de guincho com controlo remoto, cujo cabo e conexões deverão resistir no mínimo a 2000N.
20. O comando dos veículos tratores será feito à distância, a partir da viatura de apoio, devendo ainda ser possível o controlo remoto das funções de avanço, recuo, direção e velocidade do veículo de transporte, movimento da cabeça da câmara de vídeo (ângulo e velocidade de movimento), qualidade da imagem captada pela câmara (brilho, contraste, cores), a focagem da câmara, o nível de som captado pelo robot e a intensidade luminosa.
21. Os robots de inspeção vídeo deverão ser providos de equipamento que permita medir a inclinação e a ovalização das tubagens, assim como medir a largura de fissuras, folgas de juntas, através de laser. A câmara deve ainda possuir zoom.
22. As funções base do software de tratamento da informação devem contemplar no mínimo:
 - a. A atualização automática da distância acumulada desde o ajuste zero;
 - b. O carregamento da informação como: dimensão da conduta; nome e / ou localização do arruamento, direção da inspeção, hora de início da inspeção, nome do cliente, registo de anomalias, cálculo automático da inclinação e traçado do perfil da tubagem; impressão de relatórios completos ou resumidos.
23. Sempre que for necessário substituir o equipamento a afetar à aquisição de serviços, que em tudo deve respeitar o exposto neste Caderno de Encargos, tal deverá ser levado a conhecimento e aprovação pela Águas do Algarve S.A. com antecedência mínima de 15 dias.

3. Controlo da informação

1. Todos os registos originais, fotografias e resultados obtidos e /ou processados/interpretados conforme o Caderno de Encargos, serão fornecidos à Águas do Algarve S.A. e serão propriedade exclusiva da Águas do Algarve S.A..
2. Se solicitado por escrito à Águas do Algarve S.A., esta poderá contudo permitir ao Adjudicatário e às expensas deste, a realização de cópias de quaisquer fotografias ou outra informação recolhida no âmbito da aquisição de serviços. Tais cópias serão propriedade do Adjudicatário. Os direitos de autor serão mantidos propriedade da Águas do Algarve S.A..
3. Se o Adjudicatário desejar utilizar tais cópias para efeitos promocionais ou de concursos, poderá fazê-lo desde que obtenha o consentimento prévio por escrito da Águas do Algarve S.A., mantendo a confidencialidade na utilização desta informação.
4. O Adjudicatário tratará a informação obtida no decorrer da aquisição de serviços como confidencial e não publicitará ou fará circular quaisquer detalhes da aquisição de serviços (com exceção dos estritamente necessários ao cumprimento do objeto da mesma) sem o consentimento prévio por escrito da Águas do Algarve S.A..
5. Nenhum colaborador do Adjudicatário discutirá com o público qualquer aspeto desta aquisição de serviços. Todas as questões colocadas pelo público serão encaminhadas para a Águas do Algarve S.A..

4. Acompanhamento, horário de realização dos serviços e constituição da equipa

1. São de exclusiva responsabilidade do Adjudicatário as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da aquisição de serviços, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. Todo o pessoal afeto à aquisição de serviços deverá trabalhar devidamente fardado e possuir o equipamento de proteção individual adequado.
3. O Adjudicatário obriga-se a dispor de um responsável técnico pela condução dos trabalhos.
4. Após a assinatura do contrato, o Adjudicatário informará, por escrito, o nome do responsável técnico, indicando a sua qualificação técnica.
5. As ordens, avisos e notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução dos trabalhos poderão ser dirigidos diretamente ao seu responsável técnico.
6. O responsável técnico deverá acompanhar assiduamente os trabalhos e estar presente no local sempre que para tal seja convocado.

7. A entidade adjudicante poderá impor a substituição do responsável técnico, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.
8. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade máxima semestral, reuniões de acompanhamento da aquisição de serviços com os representantes da Águas do Algarve, S.A., bem como a redigir as respetivas atas, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
9. As reuniões de coordenação deverão permitir que haja, da parte da Águas do Algarve, S.A., conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes ocorridos durante a aquisição de serviços, incluindo as relativas a questões ambientais e de segurança.
10. As reuniões previstas nos números anteriores devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Adjudicante, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
11. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português.
12. Os serviços decorrerão regra geral nos dias úteis no período compreendido entre as 08h00 e as 19h00 podendo prolongar-se até às horas que se entenderem mais convenientes. Excecionalmente, nos casos devidamente justificados, poderão ser realizados em dia não útil ou em período noturno.
13. O Adjudicatário deverá estar preparado para realizar trabalhos em dia não útil e ou noturnos.
14. Os trabalhos contratados deverão ser efetuados por pessoal qualificado e experiente na execução de trabalhos idênticos ao do objeto da Aquisição de Serviços. Os elementos das equipas afetos à prestação de serviços devem no mínimo possuir:
 - a) Experiência de 2 anos ao nível do trabalho de CCTV em condutas;
 - b) Formação para trabalhos em altura;
 - c) Formação para trabalhos em espaços confinados;
 - d) Formação para trabalhos em zona de exposição a riscos biológicos;
 - e) Formação e experiência de trabalho com equipamentos portáteis de deteção de gases;
 - f) Formação e experiência de trabalho com EPI.

5. Segurança, higiene e saúde no trabalho

- I. O Adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal adstrito à presente aquisição de serviços, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.

2. O Adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal adstrito à presente aquisição de serviços, e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. Em caso de negligência do Adjudicatário no cumprimento das obrigações estabelecidas nos pontos anteriores 1 e 2, a Entidade Adjudicante poderá tomar, à custa do Adjudicatário, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades deste último.
4. O Adjudicatário garantirá, antes do início dos trabalhos e, posteriormente, a cobertura das apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal adstrito à presente aquisição de serviços.
5. Das apólices constará uma cláusula pela qual a entidade seguradora se compromete a mantê-las válidas até à conclusão do contrato e ainda que, em caso de impossibilidade de tal cumprir por denegação no decurso desse prazo, a sua validade só terminará 30 (trinta) dias úteis depois de ter sido feita à Entidade Adjudicante a respetiva comunicação.
6. O Adjudicatário responderá plenamente perante o representante da Entidade Adjudicante, pela observância das condições estabelecidas nos pontos anteriores de 1 a 5, relativamente a todo o pessoal adstrito à presente Aquisição de Serviços, incluindo o pessoal dos subcontratados.
7. O Adjudicatário é responsável pela coordenação da atividade dos subcontratados, tendo em conta a natureza das atividades que cada um desenvolve, devendo ser efetuada uma cooperação adequada no sentido da proteção da segurança e saúde, atendendo ao disposto na legislação em vigor.
8. O Adjudicatário obriga-se a manter todo o seu pessoal devidamente uniformizado e identificado, com vestuário adequado. O Adjudicatário deverá observar, por parte do seu pessoal, o uso obrigatório de todo o equipamento de higiene e segurança que seja necessário à Aquisição de Serviços, nomeadamente os equipamentos de proteção individual.
9. O Adjudicatário deverá efetuar todas as ações necessárias à formação e informação do seu pessoal, relativamente à legislação em vigor, bem como zelar para que se apresente ao serviço devidamente munido do equipamento adequado, de modo a que as intervenções sejam realizadas em condições de absoluta segurança, devendo também dar conhecimento das ações que empreende como essa finalidade, reservando-se a Águas do Algarve S.A. de as aprovar.
10. Para além das medidas de proteção e segurança específicas de cada tipo de trabalho a executar o Adjudicatário, a seu encargo, deverá nomeadamente, informar todos os

trabalhadores dos métodos de trabalho e dos riscos que podem ocorrer na execução dos serviços, assim como medidas de segurança a respeitar.

11. Proteger os trabalhadores do ruído produzido nos locais de trabalho.
12. Delimitar, por sinalização temporária, as intervenções e obstáculos na via pública, com recurso a sinais verticais, horizontais e luminosos, bem como a dispositivos complementares. Os sinais verticais e os dispositivos complementares devem ser de material retro refletor.
13. A Águas do Algarve S.A. poderá exigir outras medidas de segurança para além das referidas.
14. Se a Águas do Algarve S.A. considerar, em qualquer momento, que a segurança não está suficientemente garantida, poderá determinar que se adotem as providências convenientes e impor até que isso seja satisfeito, a interrupção dos trabalhos.
15. O Adjudicatário deverá apresentar Fichas de Procedimento de Segurança relativas aos serviços a executar no prazo de 10 (dez) dias após a celebração do contrato. As mesmas terão que ser levadas ao conhecimento da Águas do Algarve S.A..
16. O conhecimento dado à Águas do Algarve S.A. sobre a matéria do ponto 15, em nada desobriga o Adjudicatário nem responsabiliza a Águas do Algarve S.A..
17. O Adjudicatário designará um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação dos Procedimentos de Segurança, com a qualificação mínima na área da segurança, nomeadamente: técnico de segurança, higiene e saúde no trabalho; técnico superior de segurança, higiene e saúde no trabalho.
18. Após assinatura do contrato, o Adjudicatário confirmará, por escrito, à Águas do Algarve S.A., o nome do responsável de higiene e saúde no trabalho. Essa informação será acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pelas funções em causa, comprometendo-se a desempenhá-las com proficiência e assiduidade.

ANEXO III

CARACTERÍSTICAS DAS CONDUTAS E QUANTIDADES DE TRABALHO

(a que se refere o n.º2 Cláusula 2.ª)

1. Ficheiro Excel: “Anexo III _Intercetores _Zona Poente_2022”
2. Ficheiro Excel: “Anexo III _Intercetores _Zona Nascente_2022”

ANEXO IV
CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES

(a que se refere a) n.º I Cláusula 5.ª)



CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES

A ÁGUAS DO ALGARVE, S.A. participa ativamente no desenvolvimento de políticas sustentáveis e pretende atuar junto dos seus fornecedores e subcontratados, integrando-os nas suas preocupações sociais, ambientais e segurança dos trabalhadores, numa perspetiva de garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade.

Ao afirmar-se como uma organização socialmente responsável, fiel aos seus Princípios e Valores, a ÁGUAS DO ALGARVE pretende garantir aos seus clientes internos e externos que os bens e serviços que lhes proporcionam são realizados em condições que respeitam os direitos da pessoa humana e do meio ambiente.

Este Código visa estender os compromissos de conduta em matéria social, laboral e ambiental, refletidos na Política do Sistema de Responsabilidade Empresarial (constante no Anexo I) e na Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A. (constantes no Anexo II), aos seus fornecedores e subfornecedores.

O fornecedor confirma a receção e leitura do presente **Código de Conduta para Fornecedores**, assumindo o compromisso de o cumprir e fazer cumprir, através da assinatura da **Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores** (DCL I), remetendo esse impresso à ÁGUAS DO ALGARVE, S.A..

Condições de Trabalho e Sociais

No desenvolvimento das suas atividades o **fornecedor e o subfornecedor devem respeitar**, em qualquer circunstância, os seguintes requisitos:

- Assegurar que as remunerações base dos seus colaboradores satisfazem as necessidades básicas e proporcionam algum valor extra;
- Garantir que as horas extras são devidamente remuneradas e que são realizadas de forma voluntária, excetuando-se situações extraordinárias, não previstas;
- Tratar os seus colaboradores com dignidade e respeito;
- Cumprir com a legislação em vigor referente ao horário de trabalho;
- Assegurar um ambiente de trabalho saudável e seguro;
- Fornecer, para uso de todos os colaboradores, instalações sanitárias limpas e acesso a água potável e, se aplicável, vestiários condignos e instalações higiénicas para armazenamento de alimentos;
- Caso seja facultado alojamento pela empresa, devem ser asseguradas instalações de dormitório limpas, seguras e que atendam às necessidades básicas dos colaboradores;

e não deverão, em qualquer circunstância:

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho infantil;

- Envolver-se ou apoiar a utilização de trabalho forçado ou compulsório através da retenção de documentos pessoais originais, incluindo castigos corporais, coerção física ou mental, insultos verbais ou gestuais, assédio sexual e ameaças;
- Envolver-se, direta ou indiretamente, no tráfico de seres humanos;
- Praticar ou ser conivente com qualquer tipo de discriminação com base na raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, género, orientação sexual, idade, associação a sindicato, afiliação política ou qualquer outra forma de discriminação;
- Interferir no exercício dos direitos dos colaboradores relativamente à liberdade sindical e ao seu direito à negociação coletiva.

Gestão Ambiental

Sendo compromisso da ÁGUAS DO ALGARVE a melhoria do meio ambiente onde está inserida e do qual depende, a mesma identificou os principais aspetos ambientais decorrentes da sua atividade, de forma a implementar medidas que promovam a prevenção e minimização dos impactes associados. Assim, pretende-se que o fornecedor também se comprometa a promover uma cultura de respeito para com o meio ambiente, estabelecendo e implementando práticas de gestão dos seus aspetos ambientais, numa perspetiva de melhoria contínua do seu desempenho ambiental.

No desenvolvimento das suas atividades o fornecedor e o subfornecedor deverão assumir o cumprimento dos seguintes princípios:

- Reduzir os resíduos e as emissões para o ar, solo e água;
- Manusear os produtos químicos de forma ambientalmente adequada;
- Gerir os resíduos de forma ambientalmente correta;
- Optar por equipamentos, sistemas e práticas que potenciem a eficiência energética;
- Promover a reutilização e reciclagem de materiais e produtos;
- Adotar boas práticas que minimizem a emissão de ruído;

e **não deverão**, em qualquer circunstância:

- Poluir deliberadamente o ar, solo e água;
- Eliminar resíduos de forma ilegal (queimar, enterrar, abandonar,...);
- Desperdiçar recursos naturais (água, energia, floresta,...).

Acesso para Verificação

Considerando o propósito subjacente ao presente documento, que privilegia o estabelecimento de parcerias sustentáveis e duradouras entre as partes, o fornecedor deve permitir a visita de representantes da ÁGUAS DO ALGARVE às suas instalações, no sentido de validar que as práticas desenvolvidas respeitam os requisitos deste Código de Conduta.

Verificada alguma não conformidade, o fornecedor fica obrigado a comunicar um plano de ações corretivas, reservando-se a ÁGUAS DO ALGARVE no direito de suspender a relação contratual, caso este não seja eficazmente implementado.

Anexo I



A Águas do Algarve, consciente das suas responsabilidades na conceção, construção, exploração e gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve, está empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, com elevado nível de segurança alimentar, bem como o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, contribuindo para a prossecução de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do ambiente.

Num quadro de respeito integral das suas obrigações de conformidade e das normas aplicáveis, de um modo socialmente responsável, ambientalmente sustentável e prevenindo riscos para a segurança e saúde dos(as) trabalhadores(as), a Águas do Algarve assume os seguintes compromissos:

- Antecipar, avaliar e promover de uma forma contínua a satisfação das necessidades e expectativas dos seus clientes, acionistas, trabalhadores(as), restantes partes interessadas e comunidade, de acordo com o contexto do negócio, os requisitos das partes interessadas e os riscos e oportunidades identificados;
- Promover a melhoria do desempenho ambiental, proteger o ambiente de forma a prevenir ou mitigar os impactos ambientais, potenciando a prevenção da poluição, a minimização das emissões para o meio ambiente e a utilização eficiente dos recursos, privilegiando a aquisição de bens e serviços que potenciem o uso e consumo racionais da energia de modo a maximizar a eficiência energética;
- Promover a melhoria do desempenho em Saúde e Segurança e assegurar a eliminar perigos e reduzir os riscos para a saúde e a segurança dos(as) trabalhadores (as) da Águas do Algarve e dos que trabalham em seu nome, proporcionando condições de trabalho seguras e saudáveis para a prevenção de lesões e afeções da saúde relacionadas com o trabalho;
- Promover a melhoria do desempenho energético, apoiando as atividades de conceção que considerem a melhoria do desempenho energético, a aquisição de produtos e serviços energeticamente eficientes que afetem o desempenho energético e assegurando a disponibilidade de informação e os recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para a energia;
- Avaliar e controlar continuamente os riscos para a saúde pública, com origem no consumo de água, implementando medidas eficazes de prevenção, controlo e monitorização;
- Motivar os trabalhadores(as), fomentando o seu envolvimento, responsabilidade individual e criatividade, através da adequação e atualização de competências, consciencialização, sensibilização e formação, salvaguardando o princípio de igualdade de género e o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, garantindo a conformidade e melhoria das condições laborais e sociais e através da consulta e participação dos trabalhadores, e quando existam, dos representantes dos trabalhadores.

A Águas do Algarve compromete-se ainda a implementar e promover a melhoria contínua do Sistema de Responsabilidade Empresarial, disponibilizando a informação, os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários e adequados para garantir a eficácia e eficiência dos seus processos, a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere e para a criação de valor.

Faro, 11 de dezembro de 2020

A Comissão Executiva

Isabel Soares

Joaquim Peres

António Eusébio



Anexo II

Missão, Visão, Valores e Princípios de Atuação da Águas do Algarve, S.A.

Missão

A Águas do Algarve, tem como Missão, garantir o abastecimento de água para consumo humano e o tratamento de águas residuais de acordo com os mais elevados padrões de qualidade e fiabilidade, num quadro de sustentabilidade económica, social e ambiental, assumindo o compromisso de:

- Respeitar as normas mais exigentes do sector, apostando sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos padrões de qualidade inerentes aos seus processos;
- Minimizar os consumos de recursos naturais e transformados, permitindo a aplicação de tarifas equilibradas;
- Adequar com os recursos técnicos e humanos, apenas estritamente necessários, ao desenvolvimento da sua atividade e compromissos assumidos;
- Contribuir para a melhoria da saúde pública e do ambiente da região em que se insere, adotando políticas e práticas cada vez mais responsáveis.

Visão

Ser reconhecida como referência empresarial no setor, pela qualidade do serviço que presta, pela competência profissional e pelos valores que pratica.

Valores

Os Valores Éticos da Águas do Algarve, S.A são:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

Princípios de Atuação

Águas do Algarve rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos
- Respeito pelos direitos dos(as) trabalhadores(as)
- Respeito pela igualdade do género
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.